



Anais da Assembléia

Nº 81

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1989.

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 65.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1989.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Obstenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (47). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Bárbara, Ferrari Júnior, Irondi Pugliesi, Neireu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti e Quielse Crióstomo (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida.
Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Eu requeiro verificação de quórum, me parece que não temos condições numéricas de continuar os trabalhos. Eu requeiro verificação de quórum. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa registra a presença na Casa de 30 Senhores

Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Mas nesse Plenário nós temos 12 Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A matemática de Vossa Excelência é igual a matemática de Malba Tahan.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal Senhor Presidente, vamos ver quem é que tem razão.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Chamada nominal dos Deputados.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Qual é o número de Deputados presentes?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dezoito.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Com base no quê?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No computador.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Eu requeiro chamada nominal Senhor Presidente, para verificação de quórum Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência requer chamada nominal para quórum ou para votação?

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Para quórum.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, vai se proceder à chamada nominal requerida pelo atuante Deputado Pedro Tonelli.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Eu gostaria de registrar nos Anais da Casa a presença do ex-Deputado, Superintendente da IBA do Paraná, Doutor Pedro Assis Sampaio, que nos honra com a sua presença.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Eu requeiro a retirada da chamada nominal, porque eu já contei 18 Deputados no Plenário.

Portanto, está autorizada a Mesa a dar continuidade a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebe a autorização de Vossa Excelência com grande honra. Vossa Excelência realmente manda nesta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N° 64/89

Curitiba, 04 de setembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a permuta do imóvel constituído pelas datas 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze) e 14 (quatorze) da quadra n° 253 (duzentos e cinquenta e três), da cidade de Cornélio Procopio, medindo 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná conforme transcrição n° 1965, do livro 3-4, às fls. 165, do Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca de Cornélio Procopio, pelo imóvel de propriedade do Município de Cornélio Procopio, constituído pelos lotes 809 (oitocentos e nove), 810 (oitocentos e dez), 811 (oitocentos e onze), 812 (oitocentos e doze), 813 (oitocentos e treze) e 814 (oitocentos e quatorze), todos da quadra n° 82 (oitenta e dois), da mesma cidade, medindo 2.400,00 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, transcrito sob n° 2553, do Livro 3-5, às fls. 085, do mencionado Ofício de Registro de Imóveis.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa foi precedido de criteriosos estudos através do protocolado sob n° 573.191-7/89 (e seu anexo, protocolado sob n° 580.091-9/89). Em tal processado, além da necessária documentação, incluindo diversos pareceres dos órgãos competentes, figuram os laudos de avaliação dos questionados imóveis, onde se constata saldo maior a favor do Estado.

Por outro lado merece destacar que a permuta dos imóveis em referência consulta plenamente aos interesses da Administração, pois aquele que irá integrar o patrimônio do Estado possui prédio escolar com mais amplas e melhores instalações, além de mais valorizado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel constituído pelas datas 11 (onze), 12 (doze), 13 (treze) e 14 (quatorze) da quadra n° 253 (duzentos e cinquenta e três), da cidade de Cornélio Procopio, medindo 2.000,00 m² (dois mil metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná conforme transcrição n° 1965, do livro 3-4, às folhas 165, do Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca de Cornélio Procopio, pelo imóvel constituído pelos lotes 809 (oitocentos e nove), 810 (oitocentos e dez), 811 (oitocentos e onze), 812 (oitocentos e doze), 813 (oitocentos e treze) e 814 (oitocentos e quatorze), todos da quadra n° 82 (oitenta e dois), da mesma cidade, medindo 2.400,00 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, de propriedade do município de Cornélio Procopio, conforme transcrição n° 2.553, do livro 3-5, às folhas 085, do Cartório de Registro de Imóveis do Primeiro Ofício da Comarca de Cornélio Procopio.

Art. 2º - A permuta referida no artigo 1º será precedida de avaliação dos imóveis e cumprimento das demais formalidades legais.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n°s DTL/SAT/ 151, 152, 153, 154 e 155/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei:

218/88: De autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Capoeira Serpente do Oeste, com sede e foro na cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n° 9060. Anote-se - Arquive-se.

242/88: De autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a União Geral dos Servidores do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná - UGESP, com sede e foro em Piraquara, o qual convertido em Lei tomou o n° 9061. Anote-se - Arquive-se.

275/88: De autoria do ex-Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a Associação Nacional Anti-Droga - ANAD, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9062. Anote-se - Arquive-se.

277/88: De autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Guabirotuba, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9063. **Anote-se - Arquive-se.**

078/89: De autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que dá nova redação ao artigo 8° da Lei n° 8246, de 13 de janeiro de 1986, o qual convertido em Lei tomou o n° 9064. **Anote-se - Arquive-se.**

Sob o n° 57/89, do Senhor Desembargador ABRAHÃO MIGUEL - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva majorar, a partir de 1° de julho do ano em curso, os vencimentos dos servidores integrantes dos quadros de pessoal do Poder Judiciário, bem como o percentual correspondente às promoções horizontais. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1847

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei N° 226/89, que objetiva majorar os vencimentos dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 228/89 que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta de imóvel de propriedade do Município de Cornélio Procopio, por outro na mesma Cidade.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 1866

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 218/89, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, O Hospital de Crianças César Pernetá.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 1817

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente

subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei 222/89.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 148/89, que trata sobre a extinção da remuneração dos Deputados Estaduais.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 1810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário regime de urgência ao Projeto de Lei n° 182/89 que autoriza o poder executivo a proceder a desapropriação de terras em Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 1809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de urgência ao Projeto de Lei, número 103/89, que institui como reserva ecológica florestal, área que especifica, situada no Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 1787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 109/89, protocolado sob n° 4110/89, de 5 maio de 1989, que propõe a denominação de Deputado Arnaldo Busato para a rodovia Estadual PR-281.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 1781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja colocado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n° 202/89, que trata da gratificação de responsabilidade técnica aos ocupantes dos cargos que especifica.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 189/89, visto o mesmo estar em Regime de Urgência, aprovado em Sessão Plenária do Dia 22.08.89.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 1842

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 1784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, arquivamento do Projeto de Lei n° 181/89.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 1793

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DALTON JOSÉ PATITUCCI, ocorrido nesta Capital, no dia 07 de setembro/89.

REQUER outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 55 anos de idade faleceu, nesta Capital, o Senhor DALTON JOSÉ PATITUCCI, deixando viúva Dona Dirce Patitucci e sete filhos.

O passamento do Sr. DALTON JOSÉ PATITUCCI veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de todo o seu grande círculo de amigos dentre os quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo DALTON.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família PATITUCCI, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora NAYME ABRAO NASSER, ocorrido nesta Capital no último dia 02.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade, adormeceu no Senhor, no dia 02 de setembro de 1989, a Senhora Nayme Abrão Nasser nascida em 29 de julho de 1923, deixando 4 filhos, entre eles o Deputado Federal Maurício Nasser, deixou ainda 3 netos. A extinta era viúva do saudoso empresário Miguel Nasser.

O passamento de Dona NAYME, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, entre os quais a família deste Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua Serva.

O céu será grande e a paz sobre Dona Nayme e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus me ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que eu saiba dar uma palavra de conforto a pessoa abatida.

Senhor abençoi a família Nasser para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça.

É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé.

Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará a sua Serva Dona Nayme sob a sua constante proteção para que renovados pe-

los sacramentos pascais, cheguemos a luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com vossa luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Nasser, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo passamento da Senhora NAYME ABRAO NASSER, ocorrido no dia 02 do corrente, neste Estado, viúva do empresário e líder Miguel Nasser e mãe de uma família exemplar e tradicional.

Sendo assim, é justo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, associe-se à dor da família enlutada, transmitindo-lhes as condolências deste Poder aos filhos: Miguel, Rubens, Rogério e Maurício.

Requer outrossim, seja dado ciência do presente Requerimento, à família na pessoa do Senhor Miguel Nasser Filho, Rua Eduardo Sprada, 4157 - Campo Comprido - Curitiba-Pr.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO N° 1795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Engenheiro Agrônomo Sylvano Guimarães da Rocha Loures, ocorrido dia 08.09.89 nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, no último dia 09 de setembro o Eng° Agrônomo Sylvano Guimarães da Rocha Loures, deixando viúva Dona Angelina Pareja da Rocha Loures e dois filhos, Fernando e Marcos.

O extinto era membro de tradicional família paranaense.

O desaparecimento do Dr. Sylvano veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de

amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Rocha Loures, endereçando a ela voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento da Senhora ETELVINA PACHECO DOS SANTOS, ocorrido no dia 04 de setembro de 1989, na Cidade de Jardim Alegre/Pr.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares da extinta, enviando-se correspondência ao Senhor Martinho Augusto Medeiros, a/c do Senhor Aparecido Camargo - Prefeitura Municipal de Jardim Alegre - 86.860 - Jardim Alegre-Paraná.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOAO GABARDO NETO, ocorrido dia 30.08.89 na Cidade de Paula Freitas.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 87 anos faleceu o Sr. João Gabardo Neto, um dos moradores mais antigos da localidade de Vargem Grande, Município de Paula Freitas.

O extinto era viúvo de Helena Gabardo. Deixou 04 filhos entre eles, Dr. João Olivier Gabardo, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Sr. Jorge Jamil Gabardo, Ex-Prefeito de Paula Freitas.

O falecimento do Sr. João Gabardo Neto, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do

seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo João.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Gabardo endereçando a ela, voto de profundo pesar rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Sr. BENITO RÔMULO FAEDO, no Município de Francisco Beltrão, requerendo-se que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Benito Rômulo Faedo chegou a Francisco Beltrão no ano de 1943 - com seus pais, o Sr. Luiz Antônio Faedo e dona Leontina Faedo. Desde cedo dedicou-se à agricultura e à pecuária e enquanto ajudava os familiares, participou dos trabalhos de demarcação de estradas que começavam a ser abertas e pelas quais o progresso começou a transitar pelo Sudoeste paranaense, progresso do qual participou com seu trabalho diuturno. Adquiriu boa propriedade no Município de Chopinzinho que transformou em produtiva fazenda, de onde só se afastou nos últimos meses por questões de saúde.

Benito Faedo foi pioneiro e participou dos anos difíceis da "abertura do Sudoeste", difícil caminhada que empreendeu ao lado de outros pioneiros, amigos e companheiros, para quem a sua ausência será marcante. Homenagear Benito Faedo é homenagear o Sudoeste paranaense e seus pioneiros.

REQUERIMENTO N° 1816

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o registro de Voto de profundo Pesar pelo falecimento do Senhor JOÃO TRISKA, antigo morador do município de Francisco Beltrão, requerendo-se que do ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

João Triska mudou sua residência para Francisco Beltrão, quando o Município ainda ensaiava seus primeiros passos e começava a definir os rumos da sua economia. Adquiriu a propriedade que conservaria por

toda a vida e iniciou seu trabalho na agricultura e na pecuária, progredindo como a terra que o acolheu. Desenvolveu natural liderança na comunidade e graças à sua simpatia, paciência e tolerância, logo os vizinhos se transformaram nos amigos que soube conservar e que sempre o procuravam para trocar idéias sobre política.

Sem as lições universitárias, foi sempre admirado e respeitado pela sabedoria e pelo bom senso que lhe indicou o caminho da tolerância e não lhe induziu à radicalização.

Homem simples como simples foi sua vida, o "velho" João Triska marcou sua vida e sua perda foi sentida por todos quantos o conheceram e com ele conviveram, creditando-o da homenagem que ora propomos à qual desejamos associar o Poder Legislativo paranaense.

REQUERIMENTO N° 1791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor QUINDRADE GAIOVICZ, ocorrido no dia 27 de agosto/89 em General Carneiro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 81 anos, faleceu em General Carneiro, o agricultor Quindrade Gaiovicz, um dos pioneiros da progressista comunidade do sul paranaense.

O extinto era viúvo de Izelina Daldin e deixou 11 filhos e 30 netos.

Seu desaparecimento veio abrir enorme lacuna no seio da família bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bençãos a cada um de seus filhos, sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família GAIOVICZ, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja con-

signado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO MAZURECHEN SOBRINHO ocorrido dia 28 de agosto/89 em General Carneiro.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 28 de agosto faleceu em General Carneiro, o funcionário aposentado da Prefeitura Municipal, Senhor PEDRO MAZURECHEN SOBRINHO, que deixou viúva a Sra. MARIA DA LUZ, 08 filhos, 11 netos e 01 bisneto.

O falecimento do Sr. Pedro Mazurechen Sobrinho veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família MAZURECHEN, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Câmara Municipal de Maringá pela outorga do Título de Cidadão Benemérito de Maringá ao Dr. LEONIL CUNHA PINTO, Delegado Chefe da 9ª Subdivisão Policial.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Maringá, bem como ao homenageado.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. LEONIL CUNHA PINTO, atual Delegado Chefe da 9ª Subdivisão Policial de MARINGÁ, é detentor de inúmeras qualidades como homem público e policial exemplar, sendo portanto altamente qualificado para receber tão merecida honraria. Profundo conhecedor dos problemas policiais, sabe de todas as dificuldades daqueles que têm a difícil missão de administrar o setor

policial de uma vasta região como a de Maringá.

O Dr. Leonil tem efetivamente prestado amplos serviços à comunidade da Cidade Canção, no âmbito de sua área.

Sabemos nós Deputados, das carências e dificuldades com material e pessoal humano, por isso acreditamos neste trabalho e entendemos ser justas as homenagens que serão prestadas hoje pela Câmara Municipal.

REQUERIMENTO N° 1794

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de REBOUÇAS, pela passagem do 59º aniversário de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal, JERÔNIMO CABRAL PERUSSOLO, ao Vice-Prefeito Sr. JOÃO HENRIQUE PULMER bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo recebam e cumprimentem a população reboucense, onde floresce o progresso.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

REBOUÇAS - berço da civilização paranaense, depositária das páginas mais brilhantes da nossa história. Rebouças comemora no próximo dia 21 de setembro o seu 59º aniversário de fundação.

Rebouças, fruto da visão administrativa de sucessivos governantes municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para a industrialização, e o Município conta hoje com extraordinárias empresas industriais e comerciais.

É com orgulho, portanto que o povo de Rebouças comemora o 59º aniversário de seu Município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Rebouças já conquistou, com trabalho que vem sendo feito pela administração municipal, e com a colaboração de toda a comunidade reboucense, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente numa certeza.

A povoação teve início na localidade de BUTIAZAL, transferindo-se para o local onde se encontra atualmente, em 1902, com o nome de RIO AZUL, sob a jurisdição do termo de SÃO JOÃO DO TRIUNFO, integrando à Comarca de PALMEIRA. Entre 1902 e 1904, quando aqui chegaram os trilhos da Estrada de Ferro - SÃO PAULO/RIO GRANDE, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A, em homenagem ao engenheiro orientador dos trabalhos de construção dessa Ferrovia, o distrito passou a denominar-se ANTONIO REBOUÇAS, passando à Município em 31 de mar-

ço de 1930, pela Lei Estadual n° 2738, instalada em 21 de setembro do mesmo ano, subordinado judicialmente ao termo de SÃO JOÃO DO TRIUNFO e jurisdição da Comarca de SÃO MATEUS DO SUL, conservando aquela denominação até 1943, quando foi simplificado para REBOUÇAS, em virtude de existir no Estado de São Paulo, um Distrito com o nome de ANTONIO REBOUÇAS. A sede municipal permaneceu por alguns tempos na categoria de Vila, até alcançar o título de cidade. O Município foi constituído de um único Distrito. Em 1936, pelo Decreto n° 93, de 18 de junho, o Município foi elevado a termo de Comarca, desmembrando-se de SÃO JOÃO DO TRIUNFO, e integrando a Comarca de Irati. Por Decreto Estadual n° 5097, do Governador Manoel Ribas em 1° de dezembro de 1937, foi elevado à categoria de Comarca de 1ª. Entrância reestruturado nessa Categoria pela Lei Estadual de 14 de setembro de 1948.

Hoje Rebouças pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Os problemas são o ponto que une a todos os reboucenses legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso. As grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado Município, que se melhoraram as condições de vida da população.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Rebouças é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para os demais Municípios paranaenses.

Mas, rebouças é um respeitável acervo de tradições, que não se esgota nunca. Essa herança cultural tem sido preservada e multiplicada pelas novas gerações.

Desejamos nesta oportunidade, homenagear os administradores de todos os tempos, a partir do seu primeiro prefeito de 1930 Senhor Antônio Franco Sobrinho ao atual Senhor Jerônimo Cabral Perussolo que comanda o Município pela 2ª vez pela vontade soberana do povo, bem como, também prestar homenagem a todos os cidadãos que exerceram a vereança de 1930 a seguinte: "Honorato Pinto Ferreira, Francisco Lazzari, Altair Bittencourt, Fermicio Rocha, Alfredo França, Joaquim Moreira de Souza, Frederico França." Aos atuais Vereadores Senhores: "Juraci Laurindo, Jaciel Antônio Perussolo Molinari, Rosy S. Perussolo, Alvanir Ambrósio, Renato Cabral, Gerson Clazer Morães, Darci Ruppel, Valter Mathias, José Hamilton Massuquetto."

Por todos esses fatos o aniversário de Rebouças, diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e que a ela devotamos o melhor de nossas energias.

REQUERIMENTO N° 1796

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Sr. DIONISIO JAKUBIU, pela sua eleição como Operário Padrão Paranaense.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao homenageado, bem como a Direção da Firma Dissenha S/A.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A promoção do Jornal O Globo e Sesi vem ao longo dos anos valorizando e estimulando os operários em sua contínua busca de aperfeiçoamento profissional. A premiação é o corolário para aqueles que, mais do que a execução de uma tarefa, têm na profissão a vontade de servir à empresa e à sociedade.

A conquista de Dionísio Jakubiu, a quem prestamos nossa homenagem, é uma premiação ao talento e à dedicação do operário paranaense, representado nesse profissional de União da Vitória, que há 30 anos empresta seu trabalho à empresa Dissenha S/A, como laboratorista.

Ele venceu em primeiro a disputa em seu Município, consagrando-se Operário Municipal, concorrendo com outros profissionais do mais elevado padrão.

Posteriormente classificou-se na categoria estadual, laureando-se Operário Paraná-1989.

Agora, Dionísio Jakubiu vai representar o nosso Estado e o valor do operário paranaense no concurso de nível nacional, concorrendo com representantes de todo o País.

Ao manifestarmos esta homenagem, auguramos ao Operário Paraná-1989 o maior sucesso, pois com seu brilho e seu valor estará representando condignamente a classe trabalhadora do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, na sessão dos trabalhos de hoje, o discurso proferido pelo Dr. Gervásio Tadashi Inoue, Diretor Presidente da Cooperativa Agrícola de Cotia, dia 15.09, por ocasião da inauguração do programa de Assentamento Dirigido de Palmas.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, aos Vereadores da Câmara Municipal de Palmas e ao Presi-

dente da Cooperativa Agrícola de Cotia, para que receba e transmita a todos os seus companheiros da Diretoria bem como aos seus cooperados, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessão, em 19.09.89

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Anexo xerocópia do pronunciamento feito pelo Dr. Gervásio Tadashi Inoue, para constar dos Anais da Casa.

Excelentíssimo Secretário da Agricultura Osmar Dias.

Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Palmas.

Excelentíssimo Deputado Federal Max Rosemann.

Excelentíssimo Sr. Deputado Estadual Antonio Martins Annibelli.

Demais autoridades, meus Senhores, minhas Senhoras.

A data de hoje, para nós, do sistema cotiano de Cooperativas, se constitui em mais um momento histórico, a marcar nossa vida e nossa experiência empresarial, já longas de 62 anos, distantes já dos idos de 1927 quando, em Vila de Cotia, 83 pioneiros, imigrantes plantadores de batata, criavam a sociedade cooperativa de responsabilidade limitada dos produtores de batata em Cotia S.A., a semente de nossa atual e moderna organização.

Estamos dando início a implantação, neste município de Palmas, de um novo Projeto agrícola, de fruticultura, que se vem somar às demais atividades de nossos cooperados, na verdade aqui radicados desde 1976, quando alguns de nossos produtores oriundos da região sudoeste de São Paulo transferiram seus títulos de cooperado para a regional de Guarapuava vieram para cá dedicar-se ao cultivo da batata-semente.

Com efeito, desde 1974, com a vinda para cá, pioneira, de Teruto Shimosaka, atual representante do núcleo de cooperados de Palmas, é que a Cotia se ligou ao desenvolvimento da Agricultura de Palmas, atraída por seu excelente micro-clima propício para a produção de batata-semente.

A evolução da economia no núcleo, naquele ano, fez com que o mesmo passasse a dispor, já, de um escritório regional de batata-semente, unidade essa, característica de nossas estruturas, e por si indicativa das grandes possibilidades que Palmas oferecia para o desenvolvimento agrícola.

O progresso foi notável.

E atualmente são aqui cultivados cerca de 370 hectares de batata-semente e aproximadamente 5.500 hectares de cereais, com um movimento econômico, projetado para este ano, em torno de uns NCZ\$ 10,0 milhões, quantia bastante apreciável para o perfil

deste nosso núcleo de produtores.

Situada numa planura de aproximadamente 1.300 metros de altitude, com um clima de baixas temperaturas médias, adequado regime pluviométrico e terras de estrutura físico-biológica propícia, Palmas apresentava-se como local favorável para a cultura de frutas de clima temperado, dentre as quais se pensou logo na maçã, principalmente na da variedade "gala", de natureza precoce.

A produção nacional de maçã, na verdade, que não vai além de 210 mil toneladas anuais, não é ainda suficiente para suprir a demanda interna do país, que vai crescendo significativamente a cada ano.

E Palmas além de suas ótimas condições edafo-climáticas, se situa numa região em que já existe uma infra-estrutura apropriada para o cultivo do produto, como câmara frigorífica para armazenamento e "Packing House", assim como satisfatório contingente de mão-de-obra.

Além do mais, observações de técnicos especializados, efetuadas na estação experimental do IAPAR, situada a 1.100 metros de altitude, apontavam para produtos de alta qualidade, firmes e resistentes, de passo com reduzida incidência de pragas e doenças mediante tratos culturais já bem definidos.

Assim, a Cotia decidiu implantar aqui em Palmas um "Projeto de assentamento para a produção de maçã", visando produzir, pelo menos, 6 mil toneladas, numa área de 300 hectares efetivamente cultivados.

Localizado a 40 Km da sede do Município, com uma área total de 726 hectares (500 ha aproveitáveis para o cultivo), o projeto dividiu-a em 31 lotes, ocupados já na quase totalidade.

Contando com apoio do Governo deste Estado, de sua Secretaria da Agricultura, a Prefeitura Municipal de Palmas, do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, da Café do Paraná, da Copel e de várias outras entidades e instituições financeiras, eis-nos aqui, hoje, inaugurando o projeto, a cuja viabilidade economicamente se liga a produção de culturas de apoio inicial, como as da ervilha e do feijão.

Grande foi a atuação dessas entidades e grande foi o trabalho de todas no atendimento das condições infra-estruturas indispensáveis a montagem e ao funcionamento do projeto.

7 Km de estradas foram abertos numa conjunção de esforços da Café do Paraná, da Prefeitura e do DER, proporcionando acesso a todos os lotes. A Copel prontamente deu execução aos trabalhos de eletrificação rural, cada entidade participante, enfim, não poupou esforços no cumprimento dos programas que se incumbiram de realizar.

Nossos cooperados prontamente acorrem ao chamado da cooperativa, e, devidamente selecionados, tomaram posse dos respectivos lotes, que vão cultivar segundo as condições e as determinações do projeto.

E pequenos complementos técnicos, ainda faltantes, serão prontamente executados, não temos dúvidas, em benefício do pleno êxito do trabalho de nossos produtores, que tem garantida toda a assistência técnica e social de sua cooperativa.

O projeto Palmas, meus amigos, é uma iniciativa que pode dizer-se auspiciosa. Moldado na linha de nossos inúmeros projetos anteriores, todos em franco desenvolvimento e prósperos, tem a oportunidade de ser moldado segundo experiência pregressa, na qual temos recolhido praticamente, tanto nos aspectos técnicos quanto nos do comportamento administrativo, comercial e econômico, toda a sorte de ensinamentos e de resultados, com um "Feed Back", portanto, dos mais enriquecidos e válidos.

Palmas não precisa repetir erros e disfunções. Basta, para desenvolver-se e crescer, ater-se às condições técnicas e específicas da cultura da maçã, ajustadas a seu micro-clima.

O demais fica por conta da operosidade dos produtores, nossos cooperados, e por conta da experiência da Cotia quanto a comercialização da maçã.

O projeto Palmas, ademais, é uma decorrência de nosso sistema cooperativo, de ajuda mútua e de solidariedade social, que o embasa, o impulsiona e o agiliza.

A maçã, nele, não é, realmente, o principal, para a Cotia, o importante é o produtor da maçã, e tudo tem que efetivamente sair bem feito, certo e correto, para que esse produtor seja cada vez mais valorizado em termos humanos e sociais.

Como, de resto, o preconiza, a filosofia de nossa organização, alicerçada no cooperativismo, e que tem no homem toda a sua causa e todo o seu objetivo.

Mas, e por isso mesmo, o projeto de assentamento dirigido Palmas, de produção de maçãs, nasce com seu êxito já assegurado, do ponto de vista não só dele mesmo, como também do ponto de vista da comunidade dentro da qual se insere, através de suas repercussões econômicas.

Criará novas atividades, por desdobramento natural de suas necessidades de serviços e de apoio. Criará, portanto, novos empregos. Gerará preciosa renda para o Estado via Tributos, que recolherá certamente. Contribuirá, para o crescimento e para o desenvolvimento sócio-econômico do Município e do Estado do Paraná.

Sinto-me gratificado e feliz por isso.

E neste meu regozijo, permito-me envolver os senhores representantes do Esta-

do, do Município, e de todas as entidades que colaboraram em sua implantação, em especial aos senhores, aqui presentes.

Sr. Governador Álvaro Dias;

Sr. Secretário da Agricultura Osmar Dias;

Sr. Prefeito Municipal Dimorvan Carra-ro.

Aos quais trago, neste momento, a expressão, que é minha, de meus companheiros de diretoria, e de todo o nosso quadro associativo, dos mais calorosos agradecimentos e do mais verdadeiro e cordial apreço.

Não poderia terminar sem antes estender a toda à comunidade de Palmas, também, a expressão de todo o nosso carinho e de todo o nosso reconhecimento pela forma sincera e amistosa com que tem tratado nossa gente e a cooperativa.

Quero assegurar-lhe nosso propósito de comunhão e de integração com todos os seus interesses, pois esta porção de nossa cooperativa aqui sediada deve ser considerada como uma cooperativa de Palmas, que por Palmas trabalha com todo o empenho e com toda a dedicação.

Agradeço a todos os nossos amigos aqui presentes, que, com sua especial deferência. Tornam este momento sumamente agradável e gratificante.

O meu muito obrigado a todos!

REQUERIMENTO N° 1823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário votos de profundas congratulações ao Senhor Areli Teixeira de Lara, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná - SETCEPAR, pela sua brilhante reeleição frente a essa Entidade, ocorrida no dia de ontem, 31 de agosto de 1989.

Requer ainda, que do mesmo seja dada ciência ao ilustre Empresário, votos esses extensivos a toda sua diretoria e sua valerosa equipe.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a razão primeira da apresentação desses votos de congratulações deve-se aos laços de nossa amizade de longa data e, sobretudo, pela nossa consideração e respeito ao brilhante trabalho que o nosso Companheiro ARELI TEIXEIRA DE LARA desenvolveu frente ao Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas no Estado do Paraná - SETCEPAR, nesse seu primeiro mandato, o que naturalmente o credenciou à reeleição, com tranquilidade e sem disputa, tendo tido expressiva votação.

Senhores Parlamentares, a título ilustrativo, o SETCEPAR foi pioneiro na luta contra o pagamento do "selo pedágio" e os seus associados conquistaram esse direito por intermédio de mandados de segurança, e ainda, liderou a Operação Brasil Retorno, a campanha que destinava recuperar os caminhões roubados e contrabandeados para o Paraguai, e também, o Movimento Brasil pela duplicação da BR-116 e pela conservação das rodovias brasileiras e foi também, em seu mandato, que nós apresentamos o Projeto de Lei instituindo o dia 12 de julho de cada ano, a comemoração do "Dia do Transportador Paranaense", aprovado por esse douto Plenário.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com alegria e imensa satisfação, que nesse momento, nos unimos ao LARA e a toda sua diretoria bem como a toda sua equipe de trabalho, para nos solidarizarmos e desejarmos que a sua gestão frente ao SETCEPAR seja repleto de realizações e conquistas, para o que contamos com o apoio dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para aprovação desse requerimento. SETCEPAR: Rua Almirante Gonçalves, 1.966 - Rebouças - 80.230 - Curitiba - PR.

REQUERIMENTO N° 1824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, voto de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio", pela passagem de seu aniversário de fundação ocorrido no dia 02 de Setembro e pelos serviços de informação que o referido Jornal tem prestado ao Nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 1834

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata dos Trabalhos da presente Sessão, Votos de Congratulações ao Doutor Francisco Cunha Pereira, pelo prêmio de Melhor Empresa do Ano, no setor de Comunicações, concedido à TV PARANAENSE - CANAL 12 pela revista Exame.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1833

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção em Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de Votos de Congratulações ao Senhor José Aroldo Gallassini, Diretor-Presidente da COAMO (Cooperativa Agropecuária

de Campo Mourão), pelo prêmio de Melhor Empresa do Ano, no setor da Agropecuária, concedido pela revista Exame, à esta Cooperativa.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício contendo Votos de Congratulações ao Dr. Rubens Luiz Sartori, Promotor de Justiça do Município de Campo Mourão, recém eleito como Presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho - MTG, do Paraná, um órgão que funciona como se fosse uma federação de CTG's.

No Paraná existem 174 CTG's em 118 Municípios e ao "Patrão da Patronagem", Doutor Rubens Luiz Sartori, formulamos nosso desejo de que o folclore gaúcho seja fortalecido em virtude da sua atuação.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1837

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações aos jovens atletas de Ivaiporã que conquistaram o maior número de medalhas ao participarem do XII JAVIS - Jogos Abertos do Vale do Ivaí, que teve lugar na sede do Município de Jandaia do Sul, de 01 a 10 de Setembro de 1989.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Excelentíssimo Senhor Antônio de Paz Rosa Filho, Digníssimo Prefeito de Ivaiporã, bem como, ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Narciso de Mello e demais componentes daquela egrégia Casa de Leis, pelo apoio e incentivo prestado aos jovens atletas.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1836

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e, com inserção em Ata dos Trabalhos da presente Sessão, de Votos de Congratulações dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Alexandre Ceranto, Digníssimo Prefeito Municipal de Umuarama, por seu elevado espírito de civismo, ao Decretar que, em todos os estabelecimentos de ensino de 1° e 2° Graus daquele Município, os alunos cantem, todos os dias, o Hino Nacional.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Desde há muito, vimos a necessidade de infundir às crianças, aos adolescentes e, mesmo, aos adultos, a importância do civismo, do amor e do respeito aos símbolos da Pátria, do Estado e do Município. Esse é um princípio fundamental de dever que, no entanto, é relegado ao descaso.

O civismo cria no íntimo de cada indivíduo algo transcendental que, e revela finalmente, como um arraigado amor à Pátria que nos serviu de berço.

Ao entoarem o Hino Nacional, o Hino do Paraná ou, o Hino do Município, as crianças e os jovens vão despertando e, aos poucos, se conscientizando do sentido da letra e do seu significado.

Há de se levar em conta, igualmente, que o som musical emitido pelo ser humano, tem o poder de diminuir a agressividade e abrandar os temperamentos mais exaltados.

É, pois, um exemplo sadio e fazemos questão de cumprimentar o Ilustre Prefeito Municipal de Umuarama, Alexandre Ceranto.

REQUERIMENTO N° 1825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Congratulações pela eleição e posse da nova Diretoria da Associação Paranaense de Suinocultores e, na mesma oportunidade, cumprimentando a Diretoria passada que, sem dúvida realizou excelente trabalho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Cândido Roberto Ferreira Scholl, Presidente da APS Rua dos Funcionários, 1.558 - CEP 80.030 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de louvor a Associação Paranaense Sul da Igreja Adventista do 7° Dia, pela entrega oficial à comunidade do Colégio Curitiba Adventista, o qual tem como principal objetivo a educação integral dos jovens, preparando-os para a integração na sociedade de acordo com os ensinamentos cristãos.

Contando com a liderança do dinâmico professor Eliel Unglaub o notável estabelecimento de ensino trará resultados de grande significado para a nossa terra.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja informado o Presidente da Associação

Paranaense Sul das Igrejas Adventistas do 7° Dia; Pastor Luiz Lindolfo Fuckner.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1835

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da Associação de Medicina Legal do Paraná, na pessoa de seu Presidente Dr. Francisco Moraes Silva, e ao Instituto Médico Legal, parabenizando pelos 90 anos de atividades deste instituto.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1826

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos de viabilidade do asfaltamento do trecho compreendido entre o Município de Uiratã e o Distrito de Yolanda.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O pedido acima exposto é um atendimento de uma justa reivindicação daquela comunidade, a qual é uma rica produtora agrícola do Paraná e que enfrenta problemas com o escoamento da produção, em virtude da falta de asfaltamento entre o distrito e a sede do Município.

Grato pela atenção que puderem dispensar ao nosso pedido e certos de seu atendimento, aguardamos respostas sobre a viabilização deste empreendimento.

REQUERIMENTO N° 1827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando recursos para a Fundação de Esportes de Juranda promover a realização da 1ª Copa Regional de Futebol de Salão Mirim-Infantil, a realizar-se nos dias 24-25 e 26 de novembro do corrente ano, naquele município.

Outrossim informo que os recursos deverão ser enviados através do Conselho Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de Juranda.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a concessão de um microônibus para o transporte escolar do Município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo atender solicitações que nos foram encaminhadas através dos pais, professores e alunos daquela localidade.

Atualmente o transporte escolar encontra-se deficitário, o que provoca transtornos aos seus usuários.

Certo de poder contar com a cordial atenção e empenho por parte deste órgão para a solução dos problemas, aproveito a oportunidade para renovar os meus votos de elevada estima e consideração.

REQUERIMENTO N° 1871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando providências quanto a ampliação da Unidade Escolar Terresa Breda do Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo atender solicitações que nos foram encaminhadas através de pais, professores e alunos daquela localidade.

A referida escola necessita de uma ampliação para poder atender a demanda e prestar atendimento com melhores condições aos seus educandos.

Certo de poder contar com a atenção e empenho costumeiros por parte deste órgão, aguardo a viabilização do pedido acima exposto.

REQUERIMENTO N° 1870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a continuação dos trabalhos de pavimentação da Rodovia que liga Barbosa Ferraz à Iretama.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que esta obra já está paralisada há mais de um ano, solicitamos providências da Secretaria de Transportes, no sentido de que promova a agilização para a conclusão deste serviço.

A nossa proposição encontra respaldo nos diversos pedidos que nos foram encaminhados solicitando a viabilização desta pavimentação.

REQUERIMENTO N° 1869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Comandante do SERAC 5 - Quinto Serviço Regional da Aviação Civil, sito a Rua Vitor Barreto, s/n°, Canoas-RS, no sentido de que seja realizado estudos de viabilidade para que o D.A.C. - Diretoria de Aviação Civil, autorize as Companhias de Transportes Aéreos interessadas na utilização do Aeródromo de Campo Mourão, para linhas comerciais regulares.

Certo da atenção costumeira de vossa parte, apresento meus renovados votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1868

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Diretor Presidente do D.E.R., solicitando a viabilidade do fornecimento de vigas de concreto para a construção de uma ponte sobre o Rio Palmital, localizado entre o Município de Roncador e Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por finalidade dar atendimento a uma justa reivindicação que nos foi encaminhada pelas partes interessadas na conclusão da obra.

Vale salientar que a Prefeitura Municipal de Roncador já se comprometeu em fazer as cabeceiras em concreto e o restante do serviço, e que para a construção de tal ponte, depende apenas a viabilização das vigas acima citadas.

Certo de poder contar com a atenção e empenho costumeiros por parte deste órgão, aguardamos posicionamento.

REQUERIMENTO N° 1828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à TELEPAR, solicitando estudos de viabilidade para a instalação do Sistema de DDD nos distritos de Primavera e Rio Verde, no Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tais pedidos estão embasados no fato daqueles Distritos contarem com um número significativo de pessoas interessadas na instalação de linhas telefônicas residenciais, benefícios estes que muito contribuíram para o desenvolvimento daquelas localidades.

Em razão do exposto, solicitamos especial atenção e empenho por parte dos responsáveis por estes estudos.

REQUERIMENTO N° 1829

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Agricultura, reivindicando estudos de viabilidade para a liberação de recursos do Programa Paraná Rural, a serem aplicados no asfaltamento dos seguintes trechos: Luiziana - Mamborê; Barbosa Ferraz - Peabiru e Roncador - Distrito de Alto São João.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Todos sabemos o quanto são grandes os benefícios que o asfaltamento proporciona, trazendo com ele o desenvolvimento dos Municípios atendidos.

Nossos pedidos acima expostos vêm de encontro às aspirações justas dos Municípios em questão, os quais são comprovadamente ricos produtores agrícolas, localizados em região próspera deste Estado.

O escoamento agrícola, bem como o transporte rotineiro, serão os grandes beneficiados com a viabilização dos asfaltamentos, que com certeza encurtariam tempo e distância, automatizando o crescimento de tais cidades.

Sabemos que estudos técnicos devem ser realizados para a concretização desta reivindicação mas pedimos a esta Secretaria que os faça com uma especial atenção e empenho para podermos garantir aos munícipes a garantia do progresso daquelas comunidades.

REQUERIMENTO N° 1830

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando o envio de material com as especificações das exigências necessárias para se abrir uma Casa Lotérica.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição fundamenta-se no fato de estarmos recebendo pedido versando sobre este assunto, de diversos Municípios

interessados na abertura das referidas Casas Lotéricas.

Em razão do exposto, aguardamos informações detalhadas.

REQUERIMENTO N° 1831

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná solicitando uma viatura policial para a Delegacia do Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido deve-se ao fato de atualmente a Delegacia daquele Município necessitar prestar um melhor atendimento à população, uma vez que seus serviços encontram-se deficitários.

Pedimos especial atenção a esta nossa reivindicação, haja vista que a mesma nos foi solicitada por várias lideranças comunitárias daquele Município, bem como pela própria Delegacia de Polícia.

REQUERIMENTO N° 1832

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Comandante da Polícia Militar do Paraná, solicitando dois (2) soldados policiais para o Distrito de Rio Verde, no Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido é motivado em razão de atualmente aquele Distrito não estar sendo assistido constantemente pelo trabalho de policiais militares residentes, na sede Distrito, sendo obrigados a deslocarem-se do Município quando são acionados, o que provoca transtornos quando da necessidade de um atendimento emergencial e até mesmo para a própria segurança rotineira da sua população.

REQUERIMENTO N° 1821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor, ÁLVARO FERNANDES DIAS, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, a fim de viabilizar a implantação, urgente, de mais 70 salas de aula a serem construídas em estabelecimentos de ensino, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A espiral inflacionária corrói a remuneração de assalariados e da classe média. As escolas particulares elevam exageradamente as mensalidades. Cabe, assim, ao poder público a tarefa de corrigir tais deficiências minorando o sofrimento da clientela escolar com a oferta de maior número de salas de aula e aprimorando a qualidade de ensino. MARINGÁ não dispõe de espaço físico para abrigar esse pessoal, mas não pode fugir às imposições da lei, uma vez que a educação é um direito de todos e dever do Estado em se tratando de educação fundamental.

Que a solicitação seja atendida com a máxima brevidade possível para que, no próximo ano, ao tentar efetuar a matrícula, a clientela escolar do ensino fundamental possa usufruir dos benefícios da escola pública sem os desagradáveis contratempos que ocorrem em consequência da falta de salas de aula.

REQUERIMENTO N° 1841

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ABRAHÃO MIGUEL, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitação da instalação do Juizado de Pequenas Causas na Comarca de Iporã.

Justifica-se o presente pedido, tendo em vista reivindicações diárias da população que pleiteia Juizado de Pequenas Causas, como forma de dinamizar a justiça e acelerar as decisões, em face de grande acúmulo de processos no Juízo daquela Comarca.

Por ser de ímpar importância para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1840

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Doutor DELCINO TAVARES DA SILVA, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a instalação de um aparelho telefônico no Posto de Saúde no Município de IPORÃ.

O aparelho pleiteado, reveste-se de grande importância ao Posto de Saúde, haja vista que propiciará ao corpo médico e funcional maiores facilidades nas comuni-

cações, cujo volume diário é significativo, o que hoje vem provocando sensíveis prejuízos pelas dificuldades decorrentes da inexistência do telefone.

Por ser de ímpar importância o solicitado para a população local, é que trago tal proposição à apreciação dos Nobres Pares com assento Nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1839

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor FERNANDO XAVIER FERREIRA, Mui Digno Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando de estender ao distrito de Nilza o Sistema DDD - Discagem Direta a Distância, Município de IPORÃ.

Considerando que embora seja de suma importância no contexto geral do Município, com comércio florescente e um contingente populacional significativo, o Distrito de Nilza ainda não dispõe de Sistema DDD.

Considerando, outrossim, que hoje poucos são os Distritos que operam com P.S., necessário se faz a implantação do Sistema de Discagem Direta à Distância, de forma a possibilitar-lhe possa prosseguir seu desenvolvimento normal, no ritmo ora verificado.

Por ser de ímpar importância para a população local, e que trago tal proposição à apreciação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1838

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Indalécio Gomes Neto, Digníssimo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, com o seguinte teor:

Tomamos conhecimento que o Advogado ESOANI PORTES, atual presidente do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e similares de Foz do Iguaçu, com base territorial em 55 Municípios, participou em lista Tríplice com o objetivo de ingressar nos quadros da MM junta de conciliação e julgamento em Foz do Iguaçu, na condição de Juiz Classista temporário.

Sugerimos respeitosamente a Vossa Excelência sua indicação, por se tratar de pessoa de nosso melhor relacionamento, pela sua já comprovada capacidade, e pelo

seu perfeito entrosamento junto aos meios empresariais.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 1867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, para que viabilize a construção do Hospital Regional de Maringá, naquele município, a fim de que possam ser melhor assistidas as comunidades carentes da região.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Obra de caráter reconhecidamente relevante, a construção do Hospital Regional de Maringá é imprescindível para que sejam preenchidas as deficiências constatadas no atendimento médico-hospitalar, com especial direcionamento para as camadas mais carentes da população local e da região.

Cascavel, a exemplo de Londrina, embora não polarizando tão expressivo número de Municípios como os que convergem para Maringá, e nem mesmo ostentando igual expressão sócio-econômica no contexto paranaense, conta com esse inestimável benefício. Não é justo, pois, que Maringá e Região, contribuindo com tão volumosa arrecadação, sofra retorno, proporcionalmente falando, tão incongruente em relação a recursos financeiros para obras sociais de cunho prioritário.

REQUERIMENTO N° 1863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de construir 100 (cem) casas populares no Município de Itambé.

O atendimento a esta reivindicação virá de encontro aos anseios da população de baixa renda daquele Município.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel - DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando a reali-

Curitiba, terça, em 19.09.89

zação de Estudos, no sentido de que se viabilize a construção de 50 (cinquenta) casas populares no Município de Ivatuba.

O atendimento a esta reivindicação virá de encontro aos anseios da população de baixa renda daquele Município.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 70 (setenta) casas populares no Município de Lobato.

O atendimento a esta reivindicação virá de encontro aos anseios da população de baixa renda daquele Município.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel - DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, no sentido de que, mediante estudos, viabilize a construção de 80 (oitenta) casas populares no Município de Bom Sucesso.

Tal solicitação justifica-se plenamente pois visa atender a população de baixa renda do Município.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Odeni Villaca Mongruel, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando-lhe o exame sobre a possibilidade de se construir 180 (cento e oitenta) casas populares no Município de Borrazópolis. Tal solicitação justifica-se plenamente pois visa atender a população de baixa renda do Município.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de

expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ODENI VILLAÇA MONGRUEL, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando a possibilidade de construção de 90 (noventa) casas populares no Município de São Jorge do Ivaí.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois visa o atendimento a população de baixa renda do Município.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a viabilidade da pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Marialva ao Distrito de Santa Fé do Pirapó.

Tal solicitação se faz necessária devido ao péssimo estado da ligação, notadamente nos dias de chuva, dificultando sobremaneira o tráfego de veículos, causando sérios problemas à população daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes e ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, solicitando providências visando a restauração da pista de rolamento da rodovia PR-453, trecho compreendido entre os Municípios de Kaloré e Marumbi.

Outrossim, que além da restauração da pista com o devido recapeamento asfáltico, seja providenciado a recuperação dos acostamentos e a recomposição do sistema de sinalização vertical e horizontal, que se encontra atualmente em precárias condições.

Tal solicitação se faz tendo em vista os apelos da laboriosa população daquela região, que muito têm contribuído com seu trabalho para nosso desenvolvimento, merecendo assim as melhores atenções do Poder Público.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de

expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ODENI VILLAÇA MONGRUEL, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando a construção de oitenta (80) casas populares no Município de Kaloré.

Tal solicitação justifica-se plenamente, visando o atendimento a população de baixa renda do Município.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1854

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ODENI VILLAÇA MONGRUEL, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando estudos para viabilizar a construção de 30 unidades habitacionais para o Município de Iguaraçu e 50 unidades habitacionais no Distrito de Ângulo.

Tal solicitação justifica-se plenamente, por serem, o Município de Iguaraçu e o Distrito de Ângulo, comunidades que vêm sendo atingidas pela carência de moradias populares e visa atender, principalmente aos trabalhadores de menor poder de renda, na aquisição de moradias dignas e compatíveis com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário dos Transportes Dr. Heinz Georg Herwig, no sentido de que sejam feitos estudos da possibilidade de viabilizar recursos para a construção de uma ponte sobre o Rio Chopin, num comprimento de 180 metros, na localidade de São Miguel de Cachoeirinha, no Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Dr. Álvaro Dias, Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, Excelentíssimo Sr. Chefe da Casa Civil, Dr. Antônio Acir Breda, Excelentíssimo Sr. Secretário do Planejamento, Dr. Francisco Borja Magalhães, Excelentíssimo Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Haully, Excelentíssimo Sr. Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Eco-

nômico, Dr. Paulo Roberto Pereira de Souza, no sentido de que sejam feitos estudos em transformar em convênio com Santa Catarina a Cidade de Barracão, promovendo um Porto Seco (divisa) para que possa receber o afluxo de Turistas que desviariam do Porto de Uruguaiana atravessando para o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Secretária de Estado da Educação Professora Gilda Rocha Loures Polli, no sentido de que sejam feitos estudos de reaproveitamento de professores e pessoal da área administrativa concursados em 1986, por não ter preenchido todas as vagas e os Municípios estão sendo obrigados a colocarem professores Municipais à disposição da rede Estadual de Ensino, onerando em demasia as finanças dos Municípios.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado de Saúde, Dr. Delcino Tavares, no sentido de que seja construído um posto de saúde com laboratório de análises clínicas, no Distrito de Bom Sucesso, Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Justiça, Trabalho e Ação Social, Dr. Rubens Bueno, no sentido de que seja construído um Centro Social, no Distrito de Bom Sucesso, Município de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1884

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, Requer:

Curitiba, terça, em 19.09.89

seja prorrogado por mais 120 dias (cento e vinte) dias, o prazo para conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga as aplicações dos recursos do SUDS pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná.

Referida solicitação se faz em função de que, tenho em vista os trabalhos pelos Senhores Deputados integrantes da CPI, na Assembléia Estadual Constituinte, e ainda a necessidade de se colher depoimentos importantes para conclusão do trabalho, e ainda em função da auditoria a qual se encontra em fase de licitação, não é possível concluí-la dentro do prazo estabelecido em lei.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 1855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando a viabilização da pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Maringá ao Distrito de Ângulo.

Tal solicitação se faz necessária devido ao péssimo estado da ligação, notadamente nos dias chuvosos, dificultando sobremaneira o tráfego de veículos, causando sérios problemas à população daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ODENI VILLACA MONGRUEL - DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 50 (cinquenta) casas populares no Distrito de Aquidaban e 170 (cento e setenta) unidades no Município de Marialva.

O atendimento a esta reivindicação virá de encontro aos anseios da população de baixa renda daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1853

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ODENI VILLACA MONGRUEL - DD. Secretário de Esta-

do de Política Habitacional, solicitando estudos para viabilizar a construção de unidades habitacionais no Município de Maringá (380 moradias) e Distrito de Iguaçu (140 moradias).

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois visa o atendimento imediato às comunidades de baixa renda na aquisição de moradias dignas e compatíveis com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1852

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhor Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação asfáltica da rodovia que liga o Município de Santa Fé ao Distrito de Santa Zélia, via Distrito de Fernão Dias.

Tal solicitação se faz necessária devido ao péssimo estado da ligação, notadamente nos dias de chuva, dificultando sobremaneira o tráfego de veículos, causando sérios problemas à população daquelas comunidades.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando a viabilidade de instalação de um Sub-Comando do 4° BPM, para prestar serviço no Município de Santa Fé.

Lamentavelmente o Município de Santa Fé e Região estão completamente desprotegidos e suas populações em pânico ante a onda de violência que vem ocorrendo cada vez em maior escala, dada a falta de recursos disponíveis pela polícia local, que conta com apenas dois (2) soldados da Polícia Militar, que desaparelhados não têm condições evidentemente de reprimir tais fatos.

A medida visa oferecer maior segurança à população daquele Município, e que, poderia estender seu raio de ação aos Municípios vizinhos (Lobato, Colorado, Flórida, Guaraci, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Jaguapitã, Iguaçu e Astorga), garantindo desta forma, mais tranquilidade para a Comunidade daquela Região.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1850

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ODENI VILLAÇA MONGRUEL, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, solicitando estudos para viabilizar a construção de 180 unidades habitacionais no Municípios de Santa Fé.

Tal solicitação justifica-se plenamente, por ser o Município de Santa Fé, um dos que mais vem sendo atingido pela carência de moradias, e visa atender principalmente, as famílias de menor poder aquisitivo e, dar ao trabalhador a condição de adquirir moradia digna, compatível com o salário que recebe.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1849

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de um caminhão ABT- Auto Bomba Tanque e pessoal especializado para prestar serviço no Município de Santa Fé.

Tem a justificar o presente pedido, o fato de que o Município de Santa Fé ter apresentado um crescimento bastante acentuado nos últimos anos, e a falta de equipamento e pessoal especializado na prestação de um melhor atendimento no combate aos incêndios, afogamento e outros serviços de emergência, vem ocasionando a intranquilidade entre a população.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1848

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, REQUER após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de um caminhão ABT- Auto Bomba Tanque e pessoal especializado para prestar serviço no Município de Parana-city.

Em função do crescimento verificado em Parana-city, tal solicitação se torna necessária visando a prestação de um melhor atendimento à comunidade deste Município, no combate aos incêndios, afogamentos e outros serviços de emergência.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1846

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. ODENI VILLACA MONGRUEL, DD. Secretário de Estado de Política Habitacional, objetivando o exame sobre a possibilidade de viabilizar a construção de 120 (cento e vinte) casas populares no Município de Paranacity.

O atendimento a esta reivindicação virá de encontro aos anseios da população de baixa renda daquele Município.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1845

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Antônio Lopes de Noronha - DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de um caminhão ABT - Auto Bomba Tanque, e pessoal especializado para prestar serviços ao Município de Colorado.

A medida visa oferecer maior segurança à população daquele Município, garantindo, desta forma, mais tranquilidade para àquela comunidade.

Sala das Sessões, 19.09.89.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 1819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a implantação de um Trevo, na PR-460, Rodovia que demanda Guarapuava à Pitanga, dando acesso à Vila Xarquinho, Núcleos Passos Krueger e Boavista.

(a) Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Justificamos tal requerimento, pela necessidade urgente de um Trevo naquela Rodovia, dando melhores condições de acesso à Vila Xarquinho, aos Núcleos Passos Krueger e Boa Vista e localidades adjacentes, abrangendo aproximadamente 2.000 habitantes.

Tendo em vista que o atual acesso existente é precário, sem condições de segurança, com riscos constantes de acidentes aos que ali trafegam, é que formulamos o presente requerimento.

Outrossim, solicitamos que da decisão do Plenário, seja dada ciência ao Ilustríssimo Senhor Vereador Osdival Gomes da

Costa e ao Ilustríssimo Senhor Vereador João Bosco Pires, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.

REQUERIMENTO N° 1820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, para que seja implantado o Curso de Magistério Noturno, no Município de Maringá, atendendo solicitação da Câmara Municipal de Maringá, através de requerimento de autoria do Excelentíssimo Senhor, Nereu Vidal César, Digníssimo Vereador daquela Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Em razão das poucas vagas oferecidas pelo Curso de Magistério diurno, acrescido das dificuldades financeiras que o momento atual oferece, grande parte da clientela escolar que se sente atraída pela carreira do magistério, vê-se impossibilitada de concretizar suas aspirações porque, no período diurno são obrigados a trabalhar, a contribuir com um quinhão para o orçamento familiar; a esses estudantes resta apenas a imposição do período da noite para dedicarem-se a atividades estudantis, quando a escola não oferece o curso desejado. Para que possam esses estudantes serem atendidos em suas reivindicações, é preciso que as autoridades constituídas lutem para atendê-los. Este deve ser o objetivo precípua de quem pode mudar os destinos de jovens deserdados pela sorte. Disponhamos à tarefa que nos cabe.

REQUERIMENTO N° 1883

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Senhor Noel Moraes, Digníssimo Diretor do jornal "Tribuna Platinense", com sede em Santo Antônio da Platina, cumprimentando-o pelo 24° aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Quando a "Tribuna Platinense", comemora seu 24° aniversário de fundação, este Parlamentar deseja render sua homenagem e cumprimentar o cidadão, homem de imprensa e responsável jornalista, Noel Moraes, pelo trabalho eficiente que desenvolve frente àquele noticioso, na arte de bem informar e divulgar os fatos, os acontecimentos e as notícias, sempre respaldado nos princípios de seriedade, independência, impar-

eficácia e coerência, merecendo, por essa razão, a simpatia, a receptividade, o respeito e admiração dos seus milhares de eleitores espalhados pelo Paraná e além fronteiras.

É evidente e que se ressalte aqui, que essa posição que seu periódico desfruta na sociedade paranaense e na opinião pública, não foi alcançada, senão, através de permanente e abnegada luta e sacrifícios, amor e dedicação voltados na defesa dos lícitos interesses de Santo Antônio Platina, da região Norte Pioneira e do Paraná. Seriedade, independência, responsabilidade e imparcialidade, foram a tônica adotada desde os primórdios de sua fundação, conduta que vem mantendo e que esperamos seja permanente. Por esses motivos, manifestamos, nesta oportunidade, nossos cumprimentos a Noel Moraes, sua equipe, na esperança de que permaneça sempre dentro desse raciocínio e espírito jornalístico, na defesa intransigente dos lícitos interesses de S.A. da Platina, da região Norte Pioneira e do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja, enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná e ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes solicitando providências no sentido de determinar o calçamento do trecho de 1.500 metros compreendido entre Vila Colonial e Alto Alegre, no Município de Verê.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 227/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Parágrafo Único dos artigos 124 e 126, da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 124 -

Parágrafo Único - O vencimento do cargo de Diretor da Coordenação da Receita do Estado - CRE, categoria A, vincula-se a simbologia DAS-2",

Parágrafo Único - O vencimento de Agente Fiscal 1, classe C referência IV, vincula-se proporcionalmente em 84% (oitenta e quatro por cento), do fixado ao cargo de Diretor da CRE.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(aa) HERMAS BRANDÃO

JOSÉ FELINTO

Apoiamento:

David Cheriegate, Gernote Kirinus, João Arruda, Tadeu Lúcio Machado, Acyr Mezzadri, José Alves, Luiz Antônio Setti, Lindolfo Júnior, Pirajá Ferreira, Werner Wanderer, Raul Lopes, Antônio Bárbara e duas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa dar tratamento igualitário entre cargos de responsabilidade semelhantes, senão vejamos:

- Enquanto a Coordenação da Administração Financeira do Estado, responsável pela despesa, com uma estrutura diminuta, detém como cargo de comando um DAS-2, a Coordenação da Receita Estadual, responsável pela arrecadação, integrada por uma estrutura descentralizada de 16 Delegacias Regionais, cobrindo todas as regiões do Estado, formuladora e executadora da política fiscal tributária estadual, portanto de complexidade superior, detém como cargo de comando uma simbologia por categoria, que difere dos cargos DAS em forma e conteúdo, significando inclusive uma remuneração não condizente com a responsabilidade inerente ao cargo.

- Adite-se ainda que, em função do recrudescimento do processo inflacionário, os ganhos da categoria fiscal usurpados, com o conseqüente esvaziamento dos seus quadros de elementos altamente qualificados, que vendo-se privados das mínimas condições de dignidade para sobreviver, procuram fora o que não conseguem no serviço público. Tal fato por si só já seria grave, mas deve ser considerado o prejuízo acarretado ao próprio Estado, já que estas pessoas foram selecionadas em rigorosos concursos públicos a um custo altíssimo, além do investimento em treinamento.

- Outro fato a ser considerado diz respeito ao papel fundamental do fisco estadual no contexto nacional, uma vez que, historicamente, o Paraná vem se colocando como 5° Estado da Federação em arrecadação, entretanto, a remuneração de seus Servidores Públicos encontra-se em 18° lugar, ficando rotineiramente abaixo de Estados inexpressivos em idêntico parâmetro.

Isto posto, a medida ora proposta, vem resgatar, sem dúvidas, o verdadeiro lugar que fazem por merecer os Agentes do Fisco do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 229/89

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Fazenda Rio Grande, com território desmembrado do Município de Mandirituba, com sede na localidade do mesmo nome e as seguintes divisas:

"Começa no Rio Iguaçu, na foz do Rio Despique, sobe este até a foz do Rio Abaixo, pelo qual sobe até sua nascente de onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Liminha, seguindo por este abaixo, até sua foz no Rio Maurício, pelo qual desce até sua foz no Rio Iguaçu, e por este acima até encontrar a foz do Rio Despique, ponto de partida, numa área de 150 Km²".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da medida aqui proposta é bem-vinda, já que tornou-se evidente o desenvolvimento econômico e sócio-cultural daquela localidade, o que justifica plenamente a adoção de nossa medida.

O Distrito Administrativo em questão foi criado pela Lei n. 7.521, de 16 de novembro de 1981, publicada no D.O. n. 1171, de 17 de novembro de 1981, é plenamente auto suficiente.

PROJETO DE LEI N° 230/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à alteração da escritura pública de doação que fez o Estado do Paraná ao Município de Cruz Machado, lavrada perante o 3º Tabelião de Notas da Comarca de Curitiba, na forma da Lei 7.230 de 24/10/79, para fins de retirar o gravame de impenhorabilidade e da inalienabilidade que recaem sobre o bem doado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste projeto visa autorizar o Poder Executivo a alterar a escritura pública do imóvel doado ao Município de Cruz Machado, na parte que trata do gravame da impenhorabilidade e da inalienabilidade para que a referida Prefeitura possa adquirir imóvel na área rural objetivando implantar o Departamento de Fomento à Agropecuária.

A implantação deste Departamento é necessária para treinamento de jovens em Agropecuária.

Dado a alcance social da medida, contamos com a aprovação do presente nesta

Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 231/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DAS DOENÇAS DO FÍGADO - FUNEF, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n° 6.994/78 estamos apresentando o Projeto de Lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação de Estudos das Doenças do Fígado - FUNEF, com sede e foro na Capital do nosso Estado, cuja sede, localiza-se à Rua Cândido Xavier, 575 Bairro Água Verde em Curitiba-Pr. Fone: 243-8282 R. 34

Fundada em 05 de setembro de 1988, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar atendimento ao estabelecimento em seus estatutos. Contando com o apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria.

A entidade devidamente registrada no Cartório do 38º Ofício de Notas, Registro de Títulos e Documentos desta Capital, no Livro "A" n° 332 V. às fls. 124, sob n° 913.

Seu estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

A Fundação de Estudos das Doenças do Fígado, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções (Art. 12) não tem fito lucrativo; não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o "superavit" eventualmente verificado. Cumpre as finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explicitadas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 232/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO FRANCISCO CARNEIRO MARTINS, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Francisco Carneiro Martins, Ensino de 2º Grau, com sede e foro no Município de Guarapuava, tem por objetivo colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração da família-escola-comunidade, bem como, prestar assistência aos educandos, assegurando-lhes condições de eficiência escolar; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do Estabelecimento escolar; promover o entrosamento sistemático entre pais e alunos.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando suas aprovações.

PROJETO DE LEI N° 233/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MONTE MORIÁ - AEMOM, com sede e foro no Distrito de Mauá da Serra - Município de Marilândia do Sul/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Evangélica Monte Moriá - Aemom, criada em 31.01.89, no Distrito de Mauá da Serra - Município de Marilândia do Sul/PR, é uma associação de fins não lucrativos instituída para promover assistência a quantos dela necessitarem, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, objetivando a instituição e implantação de sistemas capazes de assegurar atendimento aos assistidos; a instituição e desenvolvimento de sistemas de serviços assistenciais, cooperativos, educacionais, culturais, de saúde médico-odontológicos e religiosos, inclusive, através de celebração de convênios e contratos, com organismos públicos e privados; e a representação dos interesses gerais de seus assistidos ou individual dos associados perante as autoridades.

Assim, sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos Nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para fins de declaração de utilidade pública, que a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA MONTE MORIÁ - AEMOM, com sede e foro no Distrito de Mauá da Serra - Município de Marilândia do Sul/PR, encontra-se em pleno exercício assistencial.

E, para que surta os efeitos legais, firmo a presente.

Curitiba, 13.09.1989.

(a) JOSÉ FELINTO

PROJETO DE LEI N° 234/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA - ASSEFACRE, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Fazenda - ASSEFACRE, Sociedade Civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, tem por finalidade, representar e defender os interesses gerais dos associados, na defesa de seus interesses trabalhistas, que sejam coletivos, de categoria ou individuais, sendo entidade máxima de representação perante a SEFA/CRE e de mais entidades e órgãos públicos ou privados. O projeto encontra-se amparado em legislação própria, prevista na Lei n° 6994, obteve registro no Cartório de Títulos e Documentos - 3º Ofício - sob n° 924, em 15.09.88 - Curitiba/Pr.

Assim sendo, justa que mereça o reconhecimento público estatal, é o que estamos propondo aos nobres parlamentares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 235/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o MOVIMENTO DO GRAAL NO BRASIL, com sede e foro na cidade de Apucarana - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O Movimento do Graal no Brasil é uma entidade internacional, baseada nos ensinamentos da Mensagem do Graal "A luz da verdade", de Abdrushin.

Possui forma jurídica e seus membros não percebem remuneração pelo desempenho de suas funções e respectivas atribuições.

O patrimônio social é constituído de contribuições de seus associados, doações,

subvenções e legados espontâneos.

PROJETO DE LEI N° 236/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Autoriza o Poder Executivo, através do órgão competente, a realizar a implantação de fluoretação nos sistemas públicos de abastecimento de água em localidades com população superior a dez mil habitantes.

Parágrafo Único - Ficará a cargo da Secretaria de Estado da Saúde, o controle do teor de flúor a que se refere esse artigo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A fluoretação das águas de abastecimento público é comprovadamente o método mais eficaz na prevenção da cárie dentária em grandes massas populacionais, possibilitando sua redução em até 60%.

Estudos demonstram que toda cárie que aparece nas pessoas que tomam água fluoretada é menos profunda e seu progresso é muito mais lento que nas pessoas que não usam água fluoretada.

Além da eficácia, é o método mais adequado por beneficiar a todas as crianças, indistintamente, sem esforço dos mesmos ou de seus pais.

É seguro porque na proporção de 1 ppm (partícula por milhões), dependendo da temperatura local, não há qualquer dúvida quanto à segurança do método.

É prático porque dispomos no Estado de uma base de recursos humanos e físicos já implantados, aliados a uma tradição, domínio da tecnologia e estudos aplicados à nossa realidade.

O flúor por via sistêmica é ingerido e atua reforçando a estrutura dental, incorporando-se à mesma, através da transformação da hidroxiapatita em fluoreapatita, e dessa forma o esmalte dentário torna-se mais resistente ao ataque dos ácidos.

PROJETO DE LEI N° 237/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado, através do órgão competente, a introduzir na grade curricular, intervalo diário na rede de escolas públicas de ensino fundamental, objetivando a prática e noções básicas de higiene bucal e aplicações periódicas de flúor.

Parágrafo Único - Aplicar-se-á semanalmente em escolares até quatorze (14) anos

de idade da rede pública de ensino, bochecho com fluoreto de sódio a 0,2%.

Art. 2° - A Secretaria de Estado da Educação regulamentará o tempo de duração desse intervalo, com o prazo de sessenta (60) dias, a partir da publicação desta lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

PROJETO DE LEI N° 238/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o Município de IVATÉ, desmembrado do Município de Umuarama, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Ivaí, na foz do Ribeirão Indovaí pelo qual sobe até sua nascente, de onde por linha seca e reta alcança a Estrada Carboneira - Douradina - Estrada Piava, divisando com o Município de Douradina; seguindo pela referida Estrada até encontrar o Córrego Água Rosa; pelo referido Córrego abaixo até sua foz no Córrego Duzentos e Quinze; pelo Córrego Duzentos e Quinze acima até a foz do Córrego Recreio, divisando com o Município de Umuarama; pelo Córrego Recreio acima, até encontrar a Estrada Umuarama - Ivaté; pela qual segue até a Estrada Aparecida, pela Estrada Aparecida ainda divisando com o Município de Umuarama, até alcançar o Córrego Tiradentes, pelo qual desce até sua foz no Córrego Duzentos e Quinze, divisando com o Município de Icaraíma; pelo referido Córrego abaixo, até sua foz no Rio Ivaí; pelo Rio Ivaí acima, divisando com os Municípios de Querência do Norte e Santa Cruz do Monte Castelo, até a foz do Ribeirão Indovaí, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

Apoiamento: NEREU CARLOS MASSIGNAN,
HOMERO OGUIDO, CÂNDIDO BASTOS,
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR e
DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido prende-se ao fato de que, para definir os limites municipais e para que o IBGE possa efetuar o preparo dos mapas municipais, a referida alteração torna-se imprescindível e da maior urgência, sanando assim o erro lá existente.

PROJETO DE LEI N° 239/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a CRECHE MUNICIPAL TIA JÚLIA, com sede e foro na cidade de Pinhalão, Comarca de Tomazina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 19.09.89.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que aqui se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 01.07.85. Não tem ela fins lucrativos e possui caráter filantrópico e assistencial.

A Creche Municipal Tia Júlia, proporciona condições que favoreçam o crescimento e o desenvolvimento normal de crianças socialmente carentes de idade entre zero e seis anos, zelam pelas mesmas em sua alimentação, educação, higiene, repouso, recreação e segurança, entre outras atividades de igual importância.

PROJETO DE LEI N° 240/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES - APP - DA ESCOLA ESTADUAL NÓBREGA DA CUNHA, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19.09.89

(a) VALDERI VILELA

JUSTIFICATIVA:

Como é de conhecimento geral, sabemos que todo o trabalho desenvolvido pelas APPs, são de grande importância a comunidade, bem como a seus educandos. Esta instituição que pretende-se, seja declarada de utilidade pública, objetiva oferecer a seus alunos atendimento na área, bem como qualificar cada vez mais o ensino escolar.

Através do consenso família-escola-população, procura explicar suas ideologias, para que com a soma de benefícios obtidos, possa realizar plenamente seu trabalho.

Tendo em vista a causa aplicável, colocamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Deputados desta Casa de Leis solicitando pela aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI N° 241/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES - APM - DA ESCOLA ESTADUAL ANTENOR MORETTI, com sede e foro no Município de Bandeiran-

tes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

Tendo como princípio a formação do educando como ser ajustado, útil e produtivo à sociedade, esta entidade citada, presta atendimento em toda forma assistencial, buscando recursos para sua manutenção através de atividades sociais, desportivas, procurando com o apoio da comunidade, dar andamento a seu objetivo.

Sendo esta uma causa nobre, e fazendo-se necessário todo meio de ajuda na busca de subsídios para o desenvolvimento dessas entidades, colocamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa, solicitando pela aprovação do mesmo.

PROJETO DE LEI N° 242/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL DARIO VELOSO, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Dario Veloso, é uma instituição que, desde o ano de sua fundação, em 1975, vem desenvolvendo trabalhos com o objetivo de aprimorar seu ensino a seus educandos.

Através da integração escola-família-comunidade, procura obter condições financeiras para sua manutenção, realizando para tal reuniões beneficentes, festas, entre outras atividades filantrópicas.

Desempenha também dentro da área assistencial, atendimento aos alunos mais carentes, serviço médico-odontológico, distribuição de alimentos e várias outras contribuições, as quais, como temos conhecimento, vem se tornando cada dia mais difíceis, devido ao poder aquisitivo que vem se corroendo cada vez mais.

Tendo em vista a necessidade de apoio a essa instituição para que possa dar continuidade a seu trabalho, é que colocamos referido projeto de lei à apreciação dos nobres Pares desta Casa de Leis, solicitando pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 243/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS ESCRIVÃES DE POLÍCIA DO ESTADO DO PARANÁ, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.09.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Escrivães de Polícia do Estado do Paraná, que se pretende declarar de utilidade pública, foi fundada em 15 de fevereiro de 1962, nesta Capital.

Esta Associação tem como objetivo o desenvolvimento do espírito de confraternização entre os seus associados, promovendo dentro de suas possibilidades, reuniões sociais, excursões de caráter recreativo e procurar por todos os meios possíveis ao seu alcance, a união entre os seus sócios.

Tal associação, congrega em seu quadro social a valorosa e indispensável classe dos escrivães de polícia do Estado do Paraná, que entre uma de suas muitas finalidades estatutárias, contém a de colaborar e cooperar dentro da lei e da disciplina com o Governo e demais autoridades superiores, no sentido de promover a melhoria da classe que representa.

Embora a Associação não possua um caráter beneficente, propiciará a seus associados, auxílio funeral, assistência jurídica e proteção e amparo moral.

Para que tal objetivo alcance toda sua plenitude, necessita da ajuda dos recursos estaduais, razão esta que nos leva a apresentar o presente plano de lei à apreciação de nossos nobres Pares, solicitando ao final a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No grande expediente concedo a palavra ao Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (LÊ)

"Estamos vivendo um período de ajustamento político institucional de práticas civis, que deverá desembocar numa democracia.

O tipo de democracia que estamos descobrindo depende menos do que foi titulado e capitulado na nova Constituição, do que da prática social que se for afirmando. Em outras palavras, estamos fazendo na prática a Constituição que já foi escrita. A vontade nacional está falando.

No dia-a-dia é que a relação de forças na sociedade se vai explicitando: confirmando, ampliando ou negando os di-

reitos estatuídos na Carta Magna.

Mas não será apenas esse ajuste classista de forças que estará dirimindo pretensões descabidas ou abrindo espaços aos novos direitos. Também nas relações entre os poderes e destes para a sociedade, o novo está em causa, como potencialidade, virtualidade ou fato. Mas, Senhores Deputados. As expectativas sociais são de justiça. Há uma grande sede de justiça, estimulada pelos novos direitos. E há, também, um cansaço dos sofismas do direito individual contra o direito coletivo; do direito privado contra o direito público.

O que a grande maioria do povo brasileiro não admite é que as grandes causas do interesse público sejam objeto de tergiversações, de sofismas e, até, chicanas. Sob pena de o exercício de contradições legais, de o cotejo de direitos se transformar na prática de jurisdicisms, de exegeses personalizadas, postergando ou substituindo direitos sociais, coletivos, públicos, em favor de entes privados e interesses grupais e individualistas.

Tem gente que pensa resguardar a civilização, que acredita que a instância de análise e avaliação dos direitos sociais está nos tribunais. E que a justiça social seja atributo de nossos Tribunais de Justiça. E que os tribunais de leis sejam Tribunais de Justiça.

Senhores Deputados. Estamos vivendo ainda o confronto entre o interesse público e interesses privados no caso da Usina de Salto Segredo. O choque entre os interesses sociais e os interesses de grupo.

De um lado, a sociedade paranaense e brasileira, representada pelo Poder Público, e de outro algumas pessoas, uma empresa e seus mandados e mandaletes.

Por vezes, o próprio Poder Legislativo se confunde e se perde no cipoal dos interesses de lobbies e classes; deixa de lado o interesse maior, da sociedade. E só corrigimos o curso depois de muitos esforços. Também o Poder Judiciário, por um juiz, uma instância, um foro, pode envolver-se em questiúnculas, em sofismas, em embrulhos, em jogos de advocacia, e perder o rumo, o sentido do direito, a representação da justiça.

O caso de Salto Segredo (em conclusão favorável, enfim, ao interesse público), se, como processo, deve ser serenamente encarado como a procura da Justiça, em partes do processo, em alguns dos seus momentos, não foi mais do que a contrafação da Justiça.

Parecia a algum magistrado, nesses momentos de negação ao sentido da justiça, que se estava tratando de questões técnicas, de frações de verdade na montagem de um silogismo. E então, a parte substi-

tuíu o todo; a meia verdade, a verdade inteira.

Senhor Presidente. Examinemos a

QUESTÃO SEGREDO

1. Em 22 de março de 88, a COPEL abriu as propostas comerciais apresentadas por quatro consórcios construtores, habilitados à construção das obras civis principais da usina hidrelétrica de Segredo (projetada para gerar 1.260 megawatts de energia a partir de setembro/92, no rio Iguaçu, divisa dos Municípios de Manguaçu e Pinhão). O edital deixava explícito o limite de US\$ 170 milhões para as propostas, que no entanto revelaram quantias no mínimo 55% superiores. As empreiteiras e suas ofertas: C.R. Almeida, US\$ 263 milhões, Mendes JR, US\$ 280 milhões; CONVAP, US\$ 293 milhões.

2. Na defesa do interesse público, a COPEL revogou a concorrência com base na legislação e em pareceres de ilustrados juristas como Hely Lopes Meirelles e Antônio Carlos Cintra do Amaral. Iniciava-se aí a disputa judicial pelas obras de Segredo. De um lado, a empreiteira C.R. Almeida; tentando obter da justiça ordem para ser contratada pelo seu preço (US\$ 263 milhões). De outro, a COPEL e o Governo do Estado, tentando evitar um gasto desnecessário correspondente a US\$ 93 milhões (diferença entre o orçamento da COPEL e a menor proposta apresentada na concorrência de março/88).

3. A pendência judicial iniciou-se na 2.^a Vara da Justiça Federal, onde a C.R. Almeida tentou anular a revogação determinada pela COPEL. Conseguiu uma sentença reconhecendo-lhe direito a continuar na licitação "até julgamento final". A COPEL recorreu dessa decisão ao Tribunal Federal de Recursos, em Brasília (extinto pela nova Constituição), mas deu execução provisória à sentença, realizando julgamento do qual resultou a desclassificação das quatro proponentes, por ferirem o preço-teto previsto no edital. Também desse ato recorreu a C.R. Almeida à Justiça, ingressando com mandado de segurança junto a 6.^a Vara em Curitiba, que lhe deu liminar favorável.

4. Sob risco iminente de ver as obras de Segredo paralisadas, prejudicando o cronograma de obra inadiável para a coletividade, a COPEL conseguiu junto ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos, em Brasília, a suspensão da medida liminar concedida à C.R. Almeida, o que lhe possibilitou duas importantes medidas em 31 de agosto de 1988: alcançar nova concorrência para a construção de 82% do volume total de obras, preservando o seu orçamento, e firmar um contrato emergencial com um consórcio de empresas paranaenses

para a realização de 18% das obras, a preços compatíveis com seu orçamento. Esse contrato de emergência teria duração de um ano, tempo previsto pela COPEL para que pudesse instalar no canteiro de obras a vencedora da nova licitação.

5. Poucos dias depois, a 6.^a Vara sentenciou favoravelmente à empreiteira, invalidando a desclassificação das quatro propostas devido à infringência do item relativo ao preço-teto, e ordenando novo julgamento sem considerar tal cláusula. Também dessa decisão a COPEL recorreu ao Tribunal de Brasília. Em novembro, a C.R. Almeida tentou, sem sucesso, que o Tribunal suspendesse o andamento da nova concorrência (cujo prazo para entrega de propostas estava marcado para 8 de maio de 89) e do contrato de emergência. Até que o Tribunal julgasse os dois recursos da COPEL (em 28 de março de 89), os trabalhos no canteiro de obras seguiram normalmente.

6. Em julgamento conjunto, o Tribunal Federal de Recursos confirmou as sentenças de primeira instância, em acórdão publicado em julho passado. Embora recorrendo novamente dessa decisão, a COPEL deu execução provisória a ela, realizando novo julgamento das propostas e desconsiderando o preço-teto. A concorrência foi novamente revogada, por não dispor a COPEL de recursos previamente assegurados para contratar a proposta de menor preço apresentada. Esta contratação é proibida pelo artigo 6.^o do Decreto-Lei 2300/86 e pela Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal.

7. Por seguidas vezes, a empreiteira C.R. Almeida tentou na Justiça, invalidar a nova concorrência e pedir a execução da sentença do Tribunal Federal de Recursos, a seu modo. Os juízes da 6.^a e da 9.^a Varas de Curitiba, negaram-lhe o pedido.

8. Cinco dias antes do prazo fixado pela COPEL aos 16 consórcios de empreiteiras habilitados a participarem da nova concorrência para a entrega das propostas, o Juiz da 3.^a Vara Federal de Curitiba concedeu à C.R. Almeida medida liminar suspendendo o prosseguimento da nova licitação, impedindo a COPEL de receber as propostas no dia marcado. Essa liminar a COPEL conseguiu neutralizar em 25 de julho passado, junto ao presidente em exercício do recém-criado Tribunal Regional Federal da 4.^a Região, sediado em Porto Alegre e com jurisdição sobre os três Estados do Sul. Cassada a liminar, pôde a COPEL programar a retomada da nova concorrência, dando prazo até o dia 04 de setembro para que as empreiteiras interessadas entregassem suas propostas.

9. Numa última tentativa de evitar o recebimento e abertura das propostas que colocariam fim ao embuste articulado, a C.R. Almeida pediu ao pleno do Tribunal

gratuito reconsideração do despacho que cassou a liminar. Como principal argumento, defendeu que a primeira concorrência ainda não perdera sua validade, permanecendo em aberto (isso graças a mais uma liminar, também da 3ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, concedida em 15 de agosto último suspendendo os efeitos da segunda revogação praticada pela COPEL). Em reunião no dia 30 de agosto, por 3 votos contra 2, o pleno do Tribunal Regional da 4ª Região manteve o despacho cassando a liminar, garantindo o prosseguimento da nova concorrência.

10. No dia 4 de setembro, finalmente, a Copel recebeu e abriu as propostas comerciais para a conclusão das obras de Segredo. Seis ofertas foram encaminhadas, e todas dentro da base de preço fixada a partir do orçamento da Empresa. Cinco delas, inclusive, empatando no limite mínimo considerado aceitável pela Copel: US\$ 130 milhões.

O orçamento da COPEL, considerado pela C.R. Almeida, fictício. Fictício porque aqui no Plenarinho desta Casa, onde a Comissão Especial que investigava, lá vimos os atores da C.R. Almeida que mais pareciam belos artistas encenando uma peça do Teatro Guaíra. Fantástico, inexequível, é bom demais para, pelo menos, esses cinco consórcios, que oficialmente se propuseram a fazer as obras previstas por um valor ainda menor.

Na primeira concorrência, para 100% das obras, a COPEL pagaria até US\$ 170 milhões e não obteve sucesso; na segunda, para 82% das obras (e dos custos que corresponderiam a US\$ 140 milhões sobre o orçamento original), já encontrou cinco que se propõem a trabalhar por US\$ 130 milhões. Pagou US\$ 30 milhões para o consórcio de emergência para que as obras não passassem um ano paradas, como queriam alguns. E poupou o público consumidor de energia elétrica - que é quem vai pagar a usina, de um gasto adicional, desnecessário e inexplicável de praticamente US\$ 100 milhões, senão o povo paranaense.

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Quando muito se fala em privatização das empresas públicas, em desestatização, temos aqui um exemplo vivo de desestatização, de apropriação privada do Poder Público e do dinheiro público por uma empresa. Com a cumplicidade de instâncias judiciais, que se burocratizam na lei e perdem o sentido da justiça.

É de perguntar-se: como e até quando alguns juízes se conformam e se transformam em burocratas dos textos pinçados das leis por chicanices? Por que cada vez mais lhe dizem que sua intervenção legal é técnica e não jurídica, é semiótica e não semântica, é da parte e não do todo?

O caso do embuste político de Salto Segredo, criado pelos interesses da empresa C.R. Almeida, na sua pendência contra a COPEL, contra o Estado do Paraná e contra a sociedade brasileira, deve ser analisado detidamente e avaliado.

Como um caso de abuso de poder econômico, de subversão legal, de delinquência econômica, social, jurídica e política.

É um atentado político e um exemplo das tentativas de subjugar o poder público por empreiteiras, concessionárias e grandes e poderosas empresas.

É preciso resistir!"

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Governo Álvaro Dias é um governo sério de combate à corrupção; é um governo que não tem privilégios, é um governo da nova prática, do novo jeito de caminhar. É de não contentar muitos empresários, principalmente os empresários corruptores, aqueles que sonegam o patrimônio público, aqueles que sempre viveram através dos recursos públicos.

Eu gostaria de ver nesta tribuna os Parlamentares que fizeram parte daquela Comissão e lá estavam Parlamentares ilustres como os Deputados Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Parlamentares que fazem parte da Comissão como Rafael Greca de Macedo, como David Cheriegate, que pudessem vir a esta tribuna e parabenizar aqueles que realmente querem o combate à corrupção, não o combate da demagogia, não o combate da boca para fora, mas que existem os acertos trancados nos gabinetes.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PSDB. (Declina)

Com a palavra a Liderança do PDC. - (Declina).

Com a palavra a Liderança do PDS. - (Declina).

Com a palavra a Liderança do PFL. - (Declina).

Com a palavra a Liderança do PDT. - (Declina).

Com a palavra a Liderança do PRN. - (Declina).

Com a palavra a Liderança do PTN. - Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

No expediente de hoje foi lido o ofício nº 57/89 do Sr. Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, que encaminha a esta Casa anteprojeto de lei que objetiva majorar a partir de 1º de julho do ano em curso os vencimentos dos servidores integrantes do

quadro de pessoal do Poder Judiciário, bem como percentual correspondente às promoções horizontais.

Está certo o Presidente do Tribunal de Justiça. É um direito constitucional. Ele manda a esta Casa uma mensagem majorando os vencimentos dos funcionários do Poder Judiciário. Mas eu faço um alerta aos nobres Srs. Deputados: se merecem os funcionários do Tribunal de Justiça do Estado, não merecem por acaso os funcionários do Poder Legislativo? Não estamos aqui meses seguidos majorando vencimentos dos funcionários do Poder Executivo do Tribunal de Contas. Agora vem o Poder Judiciário. É isonomia para cá, é isonomia para lá, enquanto isso os funcionários deste Poder estão aí à míngua com salários baixíssimos, apesar do compromisso da atual Comissão Executiva da Casa que determinou a elaboração de um estudo. O estudo ficou pronto, mas está na gaveta.

Eu acho que os Senhores Deputados não devem votar esta Mensagem, a não ser concomitantemente com a Resolução da Comissão Executiva desta Casa, fazendo justiça aos nossos funcionários que têm um hábito muito ruim (de funcionários da Assembléia Legislativa): eles têm o hábito de comer, de vestir, de andar de ônibus. É um hábito muito ruim, mas que lamentavelmente as pessoas civilizadas assim procedem.

De maneira que os funcionários do Poder Legislativo estão com os seus vencimentos defasados, principalmente os integrantes do quadro da CLT desta Casa.

Nós esperamos que haja sensibilidade deste Plenário, para somente votar qualquer mensagem de majoração de vencimentos nesta Casa paralelamente à apreciação da Resolução que deve ser apresentada à consideração ds Srs. Deputados, pela Comissão Executiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PTB.

(Declina).

Com a palavra a Liderança do PT. - (Declina).

Com a palavra a Liderança do PL. - (Declina).

Com a palavra a Liderança do PMDB. - (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Hermas Brandão e José Felinto, constante do expediente,

devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 210/88, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEAO, que denomina RENO JOAO NEVES, a Rodovia PR 438, que liga a sede do Município de Teixeira Soares até a BR 277, naquela municipalidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 227/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a Loja Maçônica OBREIROS DE ABATIA, com sede e foro na Cidade de Abatiá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 228/88, de autoria do Deputado EDMAR

LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE PONTA GROSSA, com sede e foro nesta Cidade Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 229/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública a CRECHE DA IGREJA AMBIENTAL - CREIA, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 149/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor CHAIM LEIB KNOPFOLZ e JOSÉ T. KNOPFOLZ. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 187/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS VETERANOS DA FEB - SEÇÃO DE PONTA GROSSA, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 193/88, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS PINTORES DE PAREDES, METAIS, MADEIRAS e LETRAS DE CURITIBA e REGIÃO METROPOLITANA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 196/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA GENERAL ANTÔNIO SAMPAIO, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 132/89, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que concede a JUCILDA PACHECO ANTONELLI, viúva do ex-Prefeito do Município de Terra Rica, Ademir Antonelli, uma pensão mensal no valor mensal a 02 (dois) salários mínimos de referência. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu só gostaria de comunicar à Mesa de que esse Projeto 132/89, de nossa autoria, não é o Município de Terra Rica é Terra Roxa. Gostaria então

que a Mesa corrigisse esse nome que está na pauta.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para 3ª Discussão, será corrigido.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 220/89, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de IPIRANGA, Estado do Paraná, o imóvel urbano que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Pub. DA. nº 77, de 28.08.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 220/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Ipiranga, o imóvel situado naquele Município, com área de 756,00 m2, de propriedade do Estado do Paraná, conforme especificado no próprio projeto de lei em questão.

A sobredita doação é de aspiração há muito manifestada por lideranças políticas locais, juntamente com a Administração Municipal, sequiosas por dotar o Município acima mencionado de um órgão representante do Executivo, cujas instalações viessem se adequar as suas necessidades, em face da expansão econômica e social do Município de Ipiranga.

A destinação do imóvel para sediar a Prefeitura Municipal de Ipiranga propiciará à população usuária maior eficiência nos serviços prestados. Pois, a atual sede, embora funcione em prédio próprio, se apresenta inadequada à demanda dos serviços.

Nestas condições, sem qualquer óbice constitucional e legal que impeça a normal tramitação deste projeto de lei, é o nosso Parecer FAVORÁVEL a sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.09.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS
Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de n. 1842, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1866, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1847, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1817, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1812, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1809, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1810, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1781, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1787, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1784, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1884, de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1786, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1839, de autoria do Senhor Deputado Milton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1874, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1875, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1838, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1882, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1823, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1783, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1790, de autoria do

Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1791, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1792, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1793, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1794, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1795, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1796, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1797, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1811, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1813, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1814, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1815, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1816, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1818, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1819, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1820, de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1821, de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante

Requerimento de nº 1840, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Le-

Requerimento de n.º 1860, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1861, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1862, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1863, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1864, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1865, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1867, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1868, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1869, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1870, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1872, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1873, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1876, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1877, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1878, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1883, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1871, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

Ordem do Dia para amanhã:

Assembléia Constituinte Estadual, Ordem do Dia, quarta-feira às 14 horas para entrega à Mesa do Projeto II da Constituição do Estado do Paraná.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria de saber se amanhã entra em primeira discussão a mensagem do Tribunal de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Qual a Mensagem que Vossa Excelência se refere?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - O aumento para os servidores do Tribunal, para os Oficiais de Justiça do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que o projeto...

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Já relatei na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Já foi dado inclusive parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai à Comissão de Finanças.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão da Assembléia Constituinte Estadual para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, destinada à entrega do Projeto II de Constituição Estadual.

Marca ainda, para logo após, uma sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 149/89.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 187, 193, 196 e 132/89.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/89

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 97/89 e dos Projetos de Lei n° 177/85, 123/87, 146 e 218/89.

Levanta-se a sessão